

ENTE CANHAS

Dez anos após morte de jesuíta começa a instrução do processo

Depoimento do missionário Thomaz Lisboa incrimina como mandante do crime o fazendeiro Pedro Chiquetti



Instrução do processo que apura a morte do jesuíta Canhas atrai várias entidades

RUBENS VALENTE
Enviado especial a Juína

Três anos e cinco meses após a denúncia feita pelo Ministério Público, começou anteontem, no Fórum de Juína, a 805 km de Cuiabá, a fase de instrução do processo que apura a morte do missionário jesuíta Vicente Canhas, ocorrida em abril de 87, na Área Indígena Enawenê-Navê. Com os quatro acusados presentes, a juíza Marilza Aparecida Vitória tomou o depoimento do missionário Thomaz de Aquino Lisboa, 61, que incriminou o fazendeiro Pedro Chiquetti.

A audiência começou às 14h e terminou às 20h20. O depoimento do missionário durou cinco horas e 40 minutos. Compareceram à audiência os acusados Ronaldo Antônio Osmar, ex-delegado regional de Polícia Civil de Juína, e José Martínez, agricultor de Juína. O réu Pedro Chiquetti, acusado de ter sido o mandante do crime, foi representado por um defensor público, e o quarto réu, Carlos Camilo Obici, não compareceu e teve sua revelia decretada pela juíza Marilza Vitória (ele continuará respondendo ao processo independentemente de se apresentar no fórum).

Outras cinco testemunhas arroladas pela acusação e que deveriam ter sido ouvidas anteontem, todos índios, não foram ao fórum e a Funai encaminhou um ofício afirmando que eles sofreram ameaças "de pessoas estranhas". Em ofício assinado pelo advogado da Funai, César Augusto Lins Nascimento, a Funai pede nova data para que os índios (um iranxe e quatro rikbatsa) possam ser ouvidos, porque hoje não estariam aceitando sequer sair da área indígena.

O depoimento do missionário Thomaz Lisboa, amigo de Canhas, com quem fez o primeiro contato com os índios enawenê-navê, resultou cinco páginas, em que ele relata detalhes de como o corpo de Canhas foi descoberto, em 16 de maio de 87, e seu trabalho junto ao povo indígena. Bastante pressionado pela juíza — que queria um depoimento objetivo, sem "tergiversações" — e pelos advogados de defesa, Thomaz admitiu que não poderia afirmar com certeza quem matou ou mandou matar o missionário, embora tivesse ouvido dizer sobre o envolvimento dos acusados no processo.

Um dos pontos fortes do depoimento de Thomaz foi a informação de ter sido procurado pelo próprio acusado, Pedro Chiquetti, na paróquia do Rosário, em Cuiabá, meses antes do crime. Nesse encontro, Chiquetti teria dito que "os padres" estariam por trás das tentativas do povo enawenê-navê em assegurar a demarcação do seu território. Chiquetti teria ainda ameaçado pegar todas as placas de demarcação e jogá-las no rio.

O defensor público de Juína, Osvaldo Lopes, que representou o fazendeiro Chiquetti, disse que ele é inocente e não há provas das acusações. A respeito da conversa com Thomaz, ele disse nada saber. Os acusados Ronaldo Osmar e José Martínez também negaram participação no crime em entrevista ao DIÁRIO. A assistente de acusação, Michael Nollan, do escritório de advocacia de Luis Eduardo Greenhalgh, disse que a audiência foi uma primeira vitória porque "finalmente" começa a fase de instrução do processo.

A denúncia do Ministério Público foi feita em 3 de dezembro de 1993 e contava primeiramente com seis acusados. Dois conseguiram habeas corpus, junto ao Tribunal de Justiça de Cuiabá, e trancaram o processo contra eles, enquanto os outros quatro seguem respondendo pelas acusações.

A audiência de anteontem foi assistida por cerca de 45 pessoas, que se revezavam em grupos de 15, número máximo dentro da pequena sala de audiência permitido pela juíza Marilza Vitória, segundo ela, para evitar tumulto. A audiência atraiu representantes do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Centro de Defesa dos Direitos Humanos Henrique Trindade (CDDHT), Operação Amazônia Nativa (OPAN), Federação dos Trabalhadores em Agricultura (Fetagri), Congregação de Jesuítas e Paróquias da Região Noroeste do Estado e Cuiabá.

A advogada Michael Nollan disse que a audiência ocorreu graças "aos esforços" da juíza e da promotora que cuida do caso, Vivien Thomas Hilt. A acusação vai tentar agora marcar nova data para a tomada de depoimento dos índios rikbatsa e iranxe. Depois, será a vez da defesa arrolar suas testemunhas. (Leia mais sobre o caso Canhas na edição do próximo domingo).

Investigação tortuosa e inconclusiva marca o caso

Enviado especial a Juína

Uma das principais dúvidas do processo que apura a morte de Vicente Cañas é quanto à sua natureza, se violenta ou não. A polícia tomou várias medidas para esgotar o assunto.

Foram feitas três perícias nos restos mortais do missionário. Quando foi encontrado, o corpo estava munificado, apenas pele, ossos, cabelos e sem vísceras, o que dificultou os exames.

O primeiro, a cargo dos peritos Arlindo Almeida Filho e Manoel Elias Rezende, do IML (Instituto Médico Legal) de Cuiabá, em 22 de maio de 87, registrou a existência de uma abertura de mais ou menos 6 cm de comprimento e 5 cm de largura na região epigástrica. Mas apontou como "indefinida" a causa da morte.

A segunda perícia foi feita a pedido do então presidente do inquérito policial, o diretor-geral da Polícia Civil, João Evaristo Capetinga, que pediu e recebeu autorização para exumar o cadáver, enterrado pelos índios ao lado do barraco.

Capetinga tomou a decisão após uma perícia realizada no local onde foi achado o corpo, a cargo dos peritos Evans Soares de Lima, Flávio Pinto Rabelo e do diretor do Instituto de Criminalística (IC), Olinto Aurino de Oliveira, que concluiu "tratar-se de crime praticado por ato de violência".

O local onde foi achado o corpo era um barraco de apoio, à margem esquerda do Rio Juruena, distante da aldeia dos enawênawê cerca de três horas de barco. Nesse barraco, de telhas de eternite, chão de cimento rústico e com 3 metros por 2,5 metros, havia um rádio-transmissor — a pedido dos índios, o rádio foi deixado longe da aldeia porque seu barulho podia atrapalhar os rituais sagrados.

No barraco, o irmão Vicente também fabricava próteses dentárias (os enawênawê comem muitos alimentos à base de amido, o que lhes traz com frequência problemas e extrações de dentes).

A perícia técnica encontrou vestígios de que teria ocorrido uma luta corporal, com manchas semelhantes a sangue no portal da entrada, em tábuas da lateral esquerda do barraco e perto de uma árvore de urucum. Próximo à entrada, o óculos Panther, com armação e hastes douradas, estava

caído ao chão e sem uma das lentes, fragmentada em três pedaços. Os chinelos havaianas estavam distantes um do outro, um virado para baixo. O microfone do rádio estava fora do gancho.

No chão, embaixo da rede, havia um relógio Seiko parado em 10h30 do dia 8 (a corda de relógios desse tipo leva em média dois dias para acabar, o que reforça a idéia de Vicente ter sido morto entre os dias 6 e 7).

O barco a motor estava com a proa afundada, possivelmente por causa de uma chuva forte. Mais tarde, índios rikbatksa encontraram no fundo do Juruena a espingarda de Vicente, calibre 22, corronha vermelha.

Os peritos recolheram os seguintes objetos, todos submetidos a exames no IC em Cuiabá: os óculos e três fragmentos de lente, três bordunas, uma faca peixeira e um machado. Os exames deram positivo para presença de sangue numa das bordunas, nas hastes e na armação do óculos. O perito Nunes Viana, analisando as fraturas radiais da lente do óculos, avaliou que houve "forte impacto no sentido de fora para dentro".

A perícia técnica concluiu ter ocorrido morte "violenta com emprego de instrumento semelhante a pérfuro-cortante".

A segunda perícia nos restos mortais do missionário, feita em 4 de junho de 87, no entanto, novamente apontou como "indefinida" a causa da morte, com laudo assinado por três médicos do IML, incluindo o diretor, Edmar Jorge Anunciação, e Arlindo Almeida, presente no primeiro exame.

Não satisfeito, o delegado João Capetinga, apoiado pelo diretor do IC, decidiu enviar os restos mortais de Vicente para um exame ainda mais minucioso no IML de Belo Horizonte. No dia 12 de junho de 87, os peritos Christobaldo Motta de Almeida e José Franklin Wiedreker Marotta, analisando os restos, identificaram "vestígios de equimose óssea na parte superior da cabeça, lado direito". A conclusão, aparentemente contraditória, foi de que, embora não se pudesse afirmar que houve violência, da mesma forma não se pode afastar essa hipótese.

Três retalhos cutâneos, do abdômen, cabeça e pescoço, foram encaminhados a exames histopatológicos na Escola Paulista

de Medicina. A conclusão do perito Marcos de Almeida, ao analisar uma das aberturas da pele, é significativa: "dificilmente qualquer fenômeno post mortem (como o ataque de animais, por exemplo) poderia produzir tal figura, um losango bastante regular, sendo a lesão mais compatível com a produzida com instrumento pérfuro-cortante".

CALOTA CRANIANA - Um episódio ainda hoje misterioso envolve os exames dos restos mortais. A calota craniana, que estava no IML de Belo Horizonte, apareceu misteriosamente em plena Praça da Rodoviária, no centro da capital mineira, em fins de fevereiro de 91, causando "comoção e indignação entre os jesuitas", segundo um relatório elaborado em março último pelo Cimi.

Ainda segundo o relatório, o material foi depositado sob a guarda de membros da instituição religiosa, "encontrando-se atualmente em lugar seguro após uma suspeita tentativa de assalto ao local onde inicialmente fora pelos mesmos guardado". (RV)